PORTARIA Nº. 177/2016 - GPMNP

**Ementa: "DELEGA PODERES
PARA REPRESENTAR
JURIDICAMENTE O
MUNICÍPIO DE NOVO
PROGRESSO".**

O **Prefeito Municipal de Novo Progresso/PA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55 da Lei Orgânica do Município de Novo Progresso/PA;

RESOLVE:

CONSIDERANDO a imprescindibilidade dos serviços de assessoria jurídica e consultoria técnica ao Município de Novo Progresso/PA;

CONSIDERANDO a inexistência de Procuradoria Jurídica no rol de cargos da Prefeitura Municipal de Novo Progresso;

CONSIDERANDO a necessidade da defesa jurídica dos interesses do Município de Novo Progresso;

CONSIDERANDO a eficiência, legalidade e preservação do interesse público;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal coloca o advogado como partícipe essencial à administração da Justiça

CONSIDERANDO o teor do contrato administrativo nº.0106002/2016-PMNP e 01º Termo Aditivo ao Contrato.

R E S O L V E:

Art. 1º - Delegar poderes à **EDSON DA CRUZ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/PA 14.271 para a prestação de assessoria jurídica e consultoria técnica ao Município de Novo Progresso, abrangendo os seguintes serviços:

I - atendimento de consultas e emissão de pareceres nas áreas de direito constitucional, administrativo, bem como nas áreas de fiscalização e controle das contas públicas, formuladas de forma escrita;

II - apresentação de sustentação oral, dos pareceres redigidos, quando solicitados;

III - envio de circulares técnicas, quando necessário, com objetivo de disponibilizar informações técnicas com atualização de matérias novas e, ainda, como orientação sobre sua aplicabilidade;

IV - prestação de serviços jurídicos (contenciosos) junto à Justiça Comum ou Federal, bem como ao Tribunal de Contas do Estado e Receita Federal ou Estadual em procedimentos de interesse do Município de Novo Progresso;

V - acompanhamento *in loco* das atividades administrativas, mediante prévio ajuste, mediante presença para supervisão das atividades administrativas e consultoria no local da prestação de serviços, quando solicitado, qual seja, a Prefeitura Municipal de Novo Progresso/PA;

VI - acompanhamento dos processos judiciais do Município de Novo Progresso/PA, junto aos foros e qualquer instância da Justiça Estadual e Federal, em curso ou que forem intentados, em que figurar o Município de Novo Progresso/PA como parte ou interessado, à exceção de processos especiais onde for contratada banca especializada;

VII - prestação de serviços em caráter urgente, fora do horário normal de expediente, segundo solicitação e a critério do senhor Prefeito;

VIII - Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Novo Progresso/PA, compreendendo a emissão de Pareceres Jurídicos e Assessoria Técnica aos membros da Comissão Permanente de Licitação e ao Pregoeiro Oficial;

Parágrafo Único: Os serviços acima descritos serão prestados mediante outorga de poderes para o foro em geral, inclusive os da cláusula "*ad judicia*" prevista pelo art. 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor quaisquer ações que reclama o interesse do Município de Novo Progresso/PA em, interpor recursos, bem como defender nas que forem propostas, acompanhando umas e outras, em todas as instâncias até o final; promover medidas preventivas e assecuratórias de direito, inclusive, notificações e justificações; usar ainda, dos poderes *ad exte* junto a Cartórios, Instituições Privadas, Repartições, Fundações e Autarquias Públicas (Federais, Estaduais e Municipais), e, poderes especiais; para receber, dar quitações, confessar, transigir, desistir, concordar, firmar compromissos, finalmente, tudo praticar, promover e assinar, para o fiel e cabal desempenho do mandato, VEDADO substabelecer, no todo ou em parte.

Art. 2º - Tendo em vista que o outorgado efetivamente assumiu as funções do encargo no dia 01º de janeiro de 2016, torno os efeitos retroativos àquela data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 10 (dez) dias do mês de março de 2016.

UBIRACI SOARES SILVA

Prefeito Municipal.